

As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau

Arnaldo M.A. Gonçalves

Professor Convidado de Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto Politécnico de Macau (IPM). Presidente do Fórum Luso-Asiático (www.lusoasia.org). Antigo assessor do governo de Macau.

1. Introdução

A ascensão da China a potência global vem suscitando um vasto e farto rol de comentários, diagnósticos e perspectivas da parte de politólogos, economistas, sociólogos, CEOs de empresas globais e jornalistas que convergem na magnitude e importância das suas consequências para as principais potências mundiais e para a logística dos equilíbrios entre blocos regionais.

Entre elas, podem encontrar-se análises para todos os gostos e sensibilidades: as que exaltam essa emergência como sinal de multilateralização de uma ordem internacional que há 17 anos se acantonou a uma lógica de unipolaridade; os que a consideram perigosa porque arrasta na sua trajetória apetências imperiais, ainda que desmentidas, e que consideram endémicas ao ascenso dos novos poderes a uma posição de predominância; os que sinalizam que importa ter cautela nestas visões extremadas já que o mundo não se explica pela mera aplicação de quadros antigos de referência mas é apreensível por factos novos, como as ameaças assimétricas e os novos poderes, que exigem comportamentos de acomodação dos Estados-Nação que são distintos, exigentes e complexos.

Percebemos, também há 17 anos, que da História não se extraem propriamente leis de causa e efeito como nas ciências da natureza, que as forças económicas e sociais têm grande importância e podem explicar vários eventos, mas que o trilho do Homem é construído por ele próprio, logo ele pode mudar a sua direcção e inflectir quando se abeira do abismo ou se deixa tomar pela exaltação das paixões e das ideologias. Temos os cemitérios demasiados cheios de profetas e sonhadores para cairmos vezes sem conta nesse chamariz.

Para a economia desta intervenção ter-se-á em conta que a actuação de um país na vida internacional é ditada pelas suas convicções e interesses, pelas dos seus vizinhos, mas também pelo contacto e interacção que os acasos do destino põem no seu caminho. No caso da República Popular da China, o que ela prefigura na vida internacional é inexplicável sem se tomar em conta o relacionamento com alguns países europeus, caso de Portugal e da Grã-Bretanha, que ocuparam (ou tomaram) partes do seu território no século XVI, para aí instalarem entrepostos comerciais que eram fundamentais às suas rotas comerciais. E nelas se mantiveram, em circunstâncias históricas distintas, até às

últimas décadas do século XX, tempo em que a soberania (ou administração) desses territórios foi transferida para o governo da República Popular da China. Referem-se os casos de Hong Kong e Macau, hoje Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China. Num sistema político e civilizacional que viveu durante parte significativa da sua história virado para dentro e cômico de um centralidade (e superioridade) definitiva no continente asiático, a presença de postos avançados ocidentais no sul do seu território veio possibilitar o contacto com a cultura, direito, tradições comerciais e línguas ocidentais que seriam fundamentais à primeira abertura da China ao mundo, no século XIX.

No caso português – e é a ele que nos atemos – não é possível reter as grandes linhas da política externa portuguesa na transição do século XX para o século XXI sem entender como a encruzilhada cultural, política, económica e social que foi (e é) Macau jogou na fixação das prioridades negociais e, no caso chinês, na estratégia de projecção da China para o exterior, na maximização do legado histórico-linguístico português de Macau e na sua utilização ao serviço de uma estratégia de sedução, de *soft power*. Se quisesse, em duas palavras, antecipar a principal diferença das estratégias bilaterais de Portugal e da China, diria que Macau é ainda, para Portugal, um legado histórico de cuja narrativa ainda não se emancipou, apesar das responsabilidades que tem na União Europeia; Macau já não é para a China a memória da desfeita histórica, mas uma janela de oportunidade decisiva para a penetração – pela *passerelle* da língua – num mundo que é prioritário para ela em termos de recursos energéticos, minerais e outros, bem como para a penetração das suas exportações e a internacionalização das suas empresas. Refiro a África de língua portuguesa, desde há 10 anos organizada na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Tal facto explica, provavelmente, a bonomia com que Portugal acompanha os desenvolvimentos e progressos da China na vida internacional e faz deles um diagnóstico positivo e construtivo, apartado de algum catastrofismo recorrente nos estrategistas e peritos de relações internacionais da metade norte do continente americano. Como costume dizer aos meus alunos, os norte-americanos olham a China (e o mapa-mundo) com os pés assentes no polo norte vendo-a como uma ameaça (próxima) à sua costa ocidental a partir do Alaska, os europeus olham a China como uma terra distante, localizada na Ásia, com oportunidades e ganhos que vão à procura, apenas quando se decidem a vencer a distância de dois continentes.

2. Sinopse do relacionamento bilateral Portugal-China

A posição portuguesa, face às transformações políticas decorrentes da vitória de Mao Zedong na guerra civil chinesa que conclui a primeira metade do século XX, foi ditada pelo pragmatismo e senso de oportunidade de António Salazar, líder incontestado do regime autoritário e nacionalista que governaria Portugal por quatro décadas. Residia na percepção que Portugal não tinha, localmente, meios militares capazes de afrontar a mudança de regime na China e que importaria, com sentido de *real politik*, assegurar uma convivência de princípio que possibilitasse a estabilidade política e social de Macau desde que não trouxesse efeitos de arrastamento para o esforço de preservação dos territórios portugueses em África. Essa sempre foi a prioridade de Salazar, preocupado

que a gula das grandes potências no *aftermath* da II Guerra Mundial abocanhasse o que considerava as jóias do Império Português.

Por razões ideológicas e pragmáticas, Portugal nunca teve relações oficiais com o regime cuja orientação política era sintonizada com os movimentos políticos que combatiam em África, e que, sobretudo, no caso de Moçambique foi responsável pela endoctrinação ideológica, treino militar e apoio internacional do principal movimento de resistência ao domínio português, a FRELIMO. As agendas de Portugal e da China eram, na altura, de colisão. Contudo as exigências de governabilidade de Macau, a 18 000Km de Lisboa, exigiam algum espírito de colaboração com a representação não-oficial da RPC no território e, através dela, com as autoridades provinciais e nacionais chinesas, em aspectos tão comezinhos como o abastecimento de géneros e água, o trânsito de mercadorias e pessoas, o controle das actividades ilegais e do contrabando, o patrulhamento das águas exteriores, a devolução de foragidos à justiça chinesa.

Daí que apesar do fosso ideológico presidisse um enorme realismo nas relações entre a China Popular e Portugal por quase trinta anos, o qual foi responsável por Macau nunca ter sido invadido pelo Exército Popular de Libertação e ocupado atenta a desproporção assimétrica do poderio militar português face ao poder político e militar da República Popular da China.

É importante registar que Macau nunca foi uma verdadeira colónia, mas sim um território sob <jurisdição dividida ou mista> como nos dá conta uma profusa literatura histórica e jurídica¹ nos termos da qual as autoridades portuguesas só exerciam o poder soberano quanto a uma parte dos membros da comunidade, estando-lhe por força dos factos vedado que o exercessem quanto aos demais, designadamente à população de etnia chinesa. Concorreu para essa situação o pagamento, durante um século, de um tributo anual às autoridades provinciais chamado *foro do chão* e a abertura em 1688 de uma alfândega chinesa em Macau, passando as autoridades chinesas a cobrarem directamente impostos alfandegários dos barcos chineses e estrangeiros que entravam no porto de Macau. Esta situação de coexistência de dois poderes com predicados de soberania, sobre o mesmo território e partes distintas da comunidade política organizada, só seria esclarecida quando D. Maria I, pelas Providências Régias de 1783, secundadas pela Constituição liberal de 1822, a qual definia que “o Território Unido de Portugal compreende, na Ásia, entre outros, o estabelecimento de Macau”. Este entendimento político-constitucional viria a ser consagrado no direito constitucional português e da parte chinesa levaria a que na sequência da derrota chinesa na Guerra do Ópio, os chineses assinassem com os ingleses o Tratado de Nanking, de Junho de 1843, através do qual lhes cediam a colónia de Hong Kong e Portugal visse o caminho aberto

¹ Ver Arnaldo Gonçalves, “Macau, Timor and Portuguese India in the context of Portugal’s recent decolonization” in Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (edits), *The Last Empire: thirty years of Portuguese Decolonization*, Bristol (UK), Cultural Studies, Intellect, 2003; Paulo Cardinal, “A Transição e o sistema político de Macau: continuidade ou convergência”, *Revista Jurídica de Macau*, vol. IV, n.º3, 1997; Francisco Gonçalves Pereira, “Towards 1999: the political status of Macau in the nineteenth and twentieth centuries” in *Macau: City of Commerce and Culture*, R.D. Cremer (edit), 2nd edition, Hong Kong, Api Press, 1991; Lourenço Maria da Conceição, *1862-1887: Macau entre dois tratados com a China*, Macau, ICM, 1987.

para celebrar em 1862, em Tianjin um *Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China* e em Dezembro de 1887, em Pequim, um novo tratado que reconheceria “a perpétua ocupação e governo de Macau e as suas dependências por Portugal como qualquer possessão portuguesa”².

Com a queda da dinastia Ching e a proclamação da República da China (Nacionalista) assistir-se-ia ao crescimento de um forte movimento nacionalista pela restauração dos direitos da soberania chinesa feridos com a celebração dos chamados <Tratados Injustos>, no que se incluía o Tratado de Pequim. Tendo Portugal participado na Conferência de Washington de 1921, seriam aí aceites os princípios do respeito pela soberania chinesa, a independência e a integridade administrativa e territorial e igual oportunidade para todas as nações no comércio e indústria no território chinês. Portugal assina a 19 de Dezembro de 1929 um Tratado Preliminar de Amizade e Comércio com a China, ficando nele consignado a renúncia de Portugal à jurisdição consular sobre o território chinês e o acordo em abrir negociações para um tratado de comércio e navegação baseado nos princípios de igualdade, não-discriminação no relacionamento comercial e respeito mútuo pelos direitos de soberania. A não conclusão do tratado e a promulgação do Acto Colonial de 1933 vieram confirmar a inclusão de Macau no conjunto das províncias ultramarinas portuguesas.

Desde a fundação da República Popular da China em 1949 poucas iniciativas se conhecem da parte da China para quebrar o estatuto de facto alcançado por Macau, tendo em conta que Portugal mantinha relações oficiais com os nacionalistas chineses, entretanto refugiados em Taiwan. Portugal autorizaria a República da China (Taiwan) a manter uma representação oficial em Macau, a qual se manteria aberta até 1966, sendo encerrada na sequência dos acontecimentos conhecidos por 1-2-3, uma sublevação contra as autoridades portuguesas de Macau instigada pelos partidários de Lin Piao e posteriormente contida com a intervenção do *premier* Zhou Enlai³.

Nesse sentido, Macau nunca foi uma ameaça latente ao exuberante orgulho patriótico de Mao Zedong⁴. Quando duas das mais vincadas personalidades do século XX (Salazar e Mao) deixaram o palco da história, as exigências do desanuviamiento e distensão abriram caminho para uma recomposição de interesses, para um concerto de vontades quanto ao destino de Macau e ao afastamento Portugal-China. Em 6 de Janeiro de 1975, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, que restaurou o regime democrático em Portugal, o governo português emitiu uma nota diplomática reconhecendo Taiwan como parte integrante da China e o governo da República Popular da China como o “único representante político do Povo chinês” o que constituía, na prática, um

² Cf Francisco Gonçalves Pereira e Jorge Silveira in “Subsídios para a História do Direito Constitucional de Macau (1820-1974)”, revista *O Direito*, Macau, 1991, pp 11 e segs.

³ Ver Jerome Alan Cohen e Hungdah Chiu, *People's China and International Law*, Princeton University Press, New Jersey, pp 373 e segs.

⁴ “Algures notou Mao que a presença de Portugal na China se diferenciava de outras presenças ocidentais por não ter sido imposta” diz Adriano Moreira. Ver “China, Macau e a questão de 1999”, in Arnaldo Gonçalves (Coord.), *O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico: desafios e turbulências no século XXI*, Magno Edições, Leiria, 2004. p. 43.

reconhecimento⁵. Depois de um protesto, a 27 de Março a delegação do governo de Taipé em Lisboa é encerrada. Em Setembro de 1976 seria aprovado um novo estatuto orgânico para Macau, ajustado à caracterização feita pelo art.º 306.o da Constituição, de “Macau, território sob administração portuguesa”.

Entre 1976 e 1979 desenvolver-se-iam um conjunto de negociações entre os dois países para o estabelecimento de relações diplomáticas formais, o qual se concretizaria em 8 de Fevereiro de 1979. Os anos de 1976 e 1977 assistem a mudanças importantes na política interna chinesa: Zhou Enlai, primeiro-ministro da China morre a 8 de Janeiro; Deng Xiao Ping lê o discurso fúnebre; a 9 de Setembro, morre Mao Zedong, dirigente histórico da China Popular; reunido a 12 de Agosto de 1977, o 11.o Congresso do Partido Comunista Chinês confirma a partilha do poder entre Hua Guofeng (secretário-geral), Ye Jianjing (ministro da defesa) e Deng Xiao Ping (vice-premier). A 9 de Janeiro de 1978 abrem-se negociações formais, em Paris, entre o representante português, Coimbra Martins e o chinês, Han Kehua, embaixador da China em Paris. A 8 de Fevereiro de 1979 são estabelecidas relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China. O comunicado não fala sobre o problema de Macau, mas comenta-se que existe uma acta secreta entre os dois governos sobre a questão.

Levaria quatro anos o processo de restabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China, ultrapassados alguns condicionamentos políticos importantes. Por um lado, o corte da China com o maoísmo virulento, doutrinário, inspiração internacionalista e ideológica de inúmeros movimentos de guerrilha e de contestação de governos democraticamente eleitos em África, na Ásia, na América Latina. Por outro, a abertura da China ao exterior, e o processo de desenvolvimento económico que a levaria à pujança económica e ao prestígio internacional, que goza nas principais capitais mundiais. Por outro ainda, no caso português, o corte com o aventureirismo marxista apoiado pelo Partido Comunista Português e os seus aliados da esquerda radical. Afastando-se da órbita da União Soviética, definitivamente a partir de 25 de Novembro de 1975, Portugal dava garantias à China que podia negociar com ela em posição de igualdade e sem reserva mental. A resolução do problema colonial era, afinal, a prioridade das autoridades democráticas e a condição *sine qua non* para devolver o país à normalidade.

Durante a década de 80 prosseguem os contactos diplomáticos, desta vez para a definição do futuro de Macau. Entre 1980 e 1981 realizam-se visitas não oficiais de membros dos governos de Portugal e da China, respectivamente, a Pequim e Lisboa. A 15 de Junho de 1982, Deng Xiao Ping recebe doze personalidades de Macau e traça a

⁵ A 8 de Outubro de 1974, Veiga Simão, o representante permanente de Portugal nas Nações Unidas comunicaria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa) ter sido informado pelo embaixador da Roménia que a República Popular da China estaria disposta a estabelecer conversações, a nível da ONU, com a missão portuguesa. A 14 de Novembro do mesmo ano, António Monteiro, embaixador português, em Kinshasa, informaria o MNE que o embaixador chinês no Zaire comunicara ao presidente Mobutu que o governo chinês estaria disposto a estabelecer relações diplomáticas com Portugal. Ver Moisés Fernandes “Macau nas relações sino-portuguesas, 1949-1979”, revista *Administração*, Macau, vol. 12, n.º 46 (Dezembro de 1999), pp. 989-1002.

perspectiva chinesa quanto a Hong Kong e Macau. Os dois territórios são chineses e a sua “reunificação com a Pátria” terá lugar em breve no quadro da política <um país, dois sistemas>. A 24 de Setembro, Deng Xiao Ping encontra-se com a primeira-ministra Margaret Thatcher e ambos concordam em iniciar negociações sobre Hong Kong, pela via diplomática. A 19 de Dezembro de 1983, é assinado, entre Margaret Thatcher e Zhao Ziyang (primeiro-ministro chinês), a Declaração Conjunta Sino-Britânica sobre a Questão de Hong Kong. Entre 21 e 26 de Maio de 1985, Ramalho Eanes, presidente da República Portuguesa e Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitam, oficialmente, Pequim e têm encontros com Zhao Ziyang. A 23 de Março de 1987, no encerramento da quarta reunião plenária sino-portuguesa sobre a questão de Macau, anuncia-se a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa. A 26 de Março, a Declaração Conjunta é rubricada pelos negociadores Zhou Nan e Rui Medina.

Entre 11 e 17 de Abril ocorre a visita de estado de Cavaco Silva à China. A 13 de Abril de 1987, é assinada entre Cavaco Silva e Zhao Ziyang a *Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre a Questão de Macau*. Desde essa data e até 19 de Dezembro de 1999, decorre um período de transição em que a administração portuguesa de Macau põe em prática um conjunto de medidas e políticas, destinadas a assegurar a <transferência tranquila> da administração do território de Portugal para a República Popular da China a 20 de Dezembro. Nesta data, Macau torna-se Região Administrativa Especial da República Popular, mantendo o seu regime capitalista, o seu modo de viver e as suas instituições administrativas, jurídicas e conexas por mais 50 anos.

Portugal cessa as suas responsabilidades na China, continuando ainda vinculado às responsabilidades históricas quanto ao pequeno território de Timor-Leste o qual ganha a sua carta de alforria como nação independente e democrática em 20 de Maio de 2002 na sequência de um processo dramático e de um braço de ferro com a Indonésia (potência ocupante de Timor desde 1975). Com a independência do novo país, Portugal é a última potência europeia a cessar responsabilidades administrativas no continente asiático.

Num período de 25 anos, delimitado por três marcos históricos intervalados de doze anos – Junho de 1975, Fevereiro de 1987 e Dezembro de 1999 – Portugal acerta contas com a história. De forma acidentada quanto aos seus antigos territórios em África; de forma serena e compassada quanto a Macau.

Sumariando o que atrás de relatou podem-se distinguir seis períodos específicos nas relações entre a República Popular da China e a República Portuguesa:

- **Período 1949-1976** – Período caracterizado pela inexistência de relações oficiais entre China e Portugal dado o reconhecimento por Portugal do regime de Taipé e as ideologias antagónicas prevaletentes em Pequim e Lisboa - as relações são de carácter oficioso através dos líderes da comunidade empresarial chinesa em Macau; a 6 de Janeiro de 1975, Portugal reconhece, unilateralmente, o governo da China Popular como <único> governo legítimo da China;

- **Período 1976-1979** – Período de aproximação gradual entre as partes, pela via diplomática, que se conclui com o restabelecimento formal de relações diplomáticas a 8 de Fevereiro de 1979;
- **Período 1979-1985** – Período de “estudo” entre as partes. Na visita do primeiro-ministro Mota Pinto a Pequim em Fevereiro de 1985, Lin Xiannian levanta a questão de Macau;
- **Período 1985-1987** - Período de identificação da questão de Macau, de escolha de metodologia para a sua negociação. Portugal nunca se libertaria da <sombra> da negociação da Grã-Bretanha e da China quanto a Hong Kong A Declaração Conjunta é assinada em Pequim, por Cavaco Silva e Zhao Ziyang. Há que resolver a ponta final da descolonização;
- **Período 1987-1999** – Período de transição política de Macau e de preparação da transferência da soberania em 19 de Dezembro de 1999. Pequim “marcaria”, por alguma forma, o ritmo da transição fixando os objectivos para a administração de Macau atingir. O divórcio entre Lisboa e Santa Sancha é, por vezes, ensurdecedor;
- **Período 1999-2004** – Período de relacionamento China-Portugal fora do condicionalismo imposto pela resolução da Questão de Macau. Essa extroversão nunca seria de todo conseguida.

3. A Política externa de Portugal face à China e a acção dos governos constitucionais

Como tem sido apontado⁶ a política externa portuguesa para a Ásia tem sido, em boa medida, condicionada pela questão de Macau e pela situação de Timor-Leste, casos conjunturais resultantes do legado histórico, com efeitos estruturantes sobre o conjunto de opções estratégicas para a região. Trata-se de uma inevitabilidade que não escolhe circunstâncias nem tempo⁷.

No quadro imediatamente posterior à assinatura da Declaração Conjunta, Portugal surge aos olhos do governo da China como uma pequena potência com capacidade de influência europeia, com um papel insubstituível no compacto geocultural da lusofonia⁸. Isso terá facilitado quer o desempenho português no período de transição quer o facto

⁶ Joaquim Trigo de Negreiros, “A região Ásia-Pacífico no quadro da política externa portuguesa”, revista *Janus*, 2002, in www.janusonline.pt. Moisés Fernandes, “Após Macau: perspectivas sobre as relações luso-chinesas depois de 1999”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia* (edição em CD-Rom), 2002, pp. 16.

⁷ É curioso perceber que a questão de Hong Kong marca, ainda, de forma significativa as relações da Grã-Bretanha com a China. Ver, por exemplo, Chris Patten, *East and West*, Macmillan, Londres, 1998.

⁸ Neste sentido Joaquim Negreiros, *ibidem* e José Manuel Duarte de Jesus, “Para uma política Portugal-China: avaliação e estratégia” intervenção produzida no Colóquio “25 anos de relações políticas e diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China”, 6.12.2004, n/publicado. Ainda Heitor Romana, “A estratégia de Portugal para Macau”, revista *Janus*, 1999, in www.janusonline.pt.

de Portugal manter, depois de 1999, em Macau, uma comunidade laboriosa significativa, com um papel relevante na administração pública, nalgumas profissões liberais e nalguns sectores empresariais. Ao contrário do que se prognosticava, nos meses seguintes a 20 de Dezembro de 1999, não só os laços de afinidade da Macau com Portugal e as instituições portuguesas não foram coarctados como se mantiveram abertas as potencialidades que a administração portuguesa do território havia aberto na União Europeia na década de 90⁹.

O desempenho de Portugal no palco internacional confirmaria uma apetência por um maior protagonismo, no quadro internacional, muito superior à dimensão e importância do país no quadro europeu e às suas vantagens comparativas, no domínio económico. Membro activo da NATO, da UEO, da OSCE e da OCDE; membro não-permanente do Conselho de Segurança entre 1997 e 1998; fundador, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa com cinco das suas ex-colónias: Angola, Brasil, S. Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Moçambique; membro com a Espanha da OEI, Organização dos Estados Ibero-Americanos¹⁰, Portugal assumia-se, por uma postura proactiva, parte inteira no redesenhar dos equilíbrios mundiais, na sequência do fim da Guerra-Fria.

A década de 90 assistiria a um envolvimento crescente de Portugal na gestão da política europeia, atento o carisma internacional do primeiro-ministro socialista António Guterres, líder da Internacional Socialista¹¹. Pode afirmar-se que quando Portugal se juntou à União Europeia em 1986 e rompeu com a outra vocação fora do continente europeu, fixou, de forma clara, a sua postura e as suas prioridades, como país num contexto global.

Vários escritores e intelectuais portugueses, entre os quais Eduardo Lourenço e José Gil¹², evêem nessa alteração de designio uma *re-ancoragem* de Portugal ao seu *cais de partida*, ao início da epopeia dos Descobrimentos, quando em cumprimento dos planos do Infante D. Henrique, *O Navegador*, as naus de Vasco da Gama demandaram outros mares e outros continentes. Dando a Portugal o papel de grande potência marítima que a sua localização geográfica, na extrema ocidental da Europa, por forma alguma vaticinava. O regresso à Europa foi para Portugal, de certa forma, o abandono dessa vocação marítima imemorial, transcontinental, em benefício do acolhimento no *regaço* europeu de que se sentira enfeitado em parte significativa da sua história.

⁹ A 17 de Junho de 1992 a União Europeia e Macau assinariam no Luxemburgo um acordo de cooperação comercial, económica e tecnológica concedendo ao território o tratamento de nação mais favorecida e alinhavando um elaborado programa de cooperação. O acordo manter-se-ia em vigor depois da transferência de soberania.

Ver http://ec.europa.eu/comm/external_relations/macau/intro/index.htm.

¹⁰ Ver <http://www.oeibrpt.org/index.html>

¹¹ Cf "Country Briefings: Portugal", *The Economist*, www.economist.com/countries/Portugal?profile.cfm?folder=Profile-Political%20Forces

¹² Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Dom Quixote, Lisboa; José Gil, *Portugal Hoje. O Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa, 2004.

De certa maneira, as potencialidades de “exploração” do capital político decorrente da experiência multicultural de Macau foram marcados, num sentido negativo, por esta nova postura. Em fins de 2001, ainda escrevia:

Portugal não se poderá coibir de acompanhar todas estas mudanças [os reajustamentos estratégicos decorrentes da reformulação das alianças num plano global] quer pela responsabilidade (fundamentalmente simbólica) que continua a manter quanto a Macau, quer pelas responsabilidades políticas, históricas e morais que tem no quadro da União Europeia¹³

A postura dos diferentes governos portugueses relativamente à temática das relações com a China foi reflexo de um distanciamento que o tempo e a pressão da agenda internacional inculca mas não justifica, senão por um reflexismo acrítico. Em 2002, o Programa do XV Governo Constitucional, presidido pelo social-democrata Durão Barroso e sustentado na aliança com o partido de centro-direita, CDS-Partido Popular, dizia¹⁴:

A actuação no domínio da política externa e das Comunidades Portuguesas resultará, primordialmente, da preservação e valorização do nosso legado histórico-diplomático, a qual confere uma natureza diversa e plural à nossa política externa, e da dinâmica, flexibilidade e criatividade que nos permitem interpretar e maximizar, em cada momento, o interesse nacional. A actuação político-diplomática de Portugal desenvolver-se-á, assim, em torno dos seguintes eixos estratégicos: (...) o de aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos e *os parceiros estratégicos*

No desenvolvimento deste ponto adiantava-se:

A Região Administrativa Especial de Macau será objecto de particular atenção à luz dos acordos celebrados com a República Popular da China. A relação especial com a RAEM deverá ser potencializada, também no sentido de estimular e aproveitar as oportunidades de que a recente adesão da RPC à OMC é exemplo. Ainda no continente asiático, a Índia e o Japão constituem países-chave com os quais importa aprofundar e desenvolver o relacionamento bilateral

Três anos depois, o Programa do XVII Governo Constitucional, presidido pelo socialista José Sócrates é já sintoma de outro posicionamento. No Capítulo V, “Portugal na Europa e no Mundo”, elegem-se sete domínios de intervenção:

- Participação activa nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais
- Portugal na construção europeia
- A internacionalização da economia portuguesa
- Responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional
- Relançamento da política de cooperação
- Política cultural externa

¹³ Introdução ao livro *O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico: desafios e turbulências no século XXI*, *ibid*, p. 19.

¹⁴ In www.parlamento.pt/actividade_parlamentar/programa_gov/progr_xv_gov/programaxv.html

- Valorização das Comunidades Portuguesas

Uma olhadela pelo desenvolvimento dos vários domínios sectoriais permite constatar a ausência de qualquer ausência específica à China e à herança histórica e cultural da presença centenária de Portugal no Oriente. Apenas, na secção 4 “Responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais”, se refere que “Portugal deve assumir um papel mais activo na preparação de uma nova agenda global, designadamente no âmbito do debate sobre a reforma das Nações Unidas e na promoção de “uma nova parceria para a paz e para o desenvolvimento”, valorizando assim o relacionamento especial com importantes regiões em África, na América Latina e na Ásia”¹⁵. A referência à Ásia é claramente ilustrativa e posta no plano de ancoragem dos interesses do país a um dado dossier estratégico: *o debate da reforma da ONU*.

Um olhar complementar pela tomada de posições expressas (e documentadas) do Ministro dos Negócios Estrangeiros nas prioridades da acção estratégica externa de Portugal: Dia da Europa, Irão, CPLP, Angola, Cabora Bassa, Conselho de Direitos Humanos da ONU, Cooperação Portuguesa, Portugal e África, Oceanos, Assembleia Geral da ONU, União Europeia, Conselho da Europa¹⁶. De certa maneira assume-se – como uma inevitabilidade – o enterrar de um legado histórico e o levantamento da ponte que as relações centenárias de Portugal com a China, através de Macau, indiciavam e prometiam¹⁷.

A fórmula de fecho do capítulo que escrevi para o livro de Steward Lloyd-Jones e António Costa Pinto sobre os 30 anos da Descolonização Portuguesa premeditava já o desenlace:

Portugal's imperial destiny in Portuguese India, Macao and East Timor has reached its conclusion. Now it is time to face the challenges of a new enlarged and diversifies Europe¹⁸

4. As relações económicas Portugal-China

As relações económicas entre a China e Portugal têm sido o reflexo de um lento *phasing-out* da presença portuguesa na Ásia.

As explicações são múltiplas: a distância física dos mercados asiáticos; o custo dos transportes; o desconhecimento da língua e da cultura negocial; a refocagem da nossa política externa no processo de integração europeia, na Aliança Atlântica e nas relações

¹⁵ Cf. Programa do XVII Governo Constitucional, www.portugal.gov.pt/Governos/Governos_Constitucionais/GC17

¹⁶ Cf. www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Areas_de_Accao/Portugal_Mundo/Politica_Externa

¹⁷ Richard Louis Edmonds, “Macau and Greater China”, in David Shambaugh (edit) *Greater China. The next Superpower?*, Oxford University Press, New York, 1995, pp. 252-3.

¹⁸ Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (edits), *The Last Empire: thirty years of Portuguese Decolonization*, Bristol (UK), Cultural Studies, Intellect, 2003, p. 12.

como os países de língua oficial portuguesa¹⁹; a apetência dos empresários portugueses por uma intervenção dirigista do Estado (e das suas agências) na promoção da economia e das exportações. O dirigismo estatal foi responsável pelo sucesso dos Planos de Fomento durante o Estado Novo de Salazar e sente-se, ainda hoje, nas ambições comprimidas dos empresários portugueses, na sua ausência de posicionamento estratégico, na dependência perante os estímulos e os apoios do Estado, numa palavra na falta de assunção do risco em mercados que não conhecem.

Tal facto tem conduzido à centralização dos principais esforços de incentivo às exportações portuguesas, nas trocas comerciais com países a que Portugal tem melhor acesso ou está mais próximo²⁰.

Na década de 90, o comércio bilateral (I&E) Portugal-China variaria entre os 76 milhões de euros (1990), os 173,8 milhões (1995) e os 453.2 milhões (2000), com a parte mais significativa do crescimento centrada nas *importações* da China. Estas cresceram, na década, de 50.2 para 382,4 milhões de euros, o que representa em números absolutos 7,5 vezes do valor de 1990. O ano de 2000 findaria com um saldo negativo para Portugal de 329 milhões de euros na balança comercial²¹. Pela análise do Quadro I verifica-se que a linha definida pelo crescimento das exportações da China para Portugal é quase rectilínea, atingindo a taxa de 36.4% no ano 2000, ano imediatamente seguinte à transferência da soberania de Macau para a República Popular da China. O comportamento das exportações portuguesas para o mercado chinês seria deficitário com 25 milhões em 1990 e 52 milhões em 2000.

Quadro I

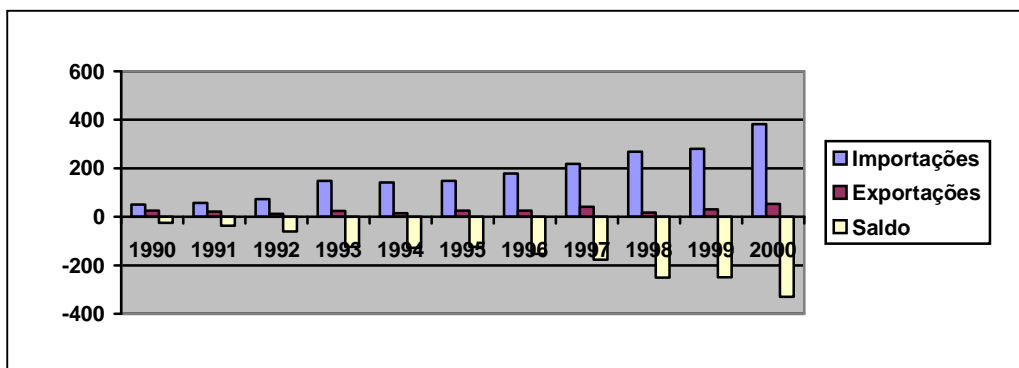
Balança Comercial Portugal-China [1990-2000] (10³EU)²²

¹⁹ Neste sentido, Miguel Santos Neves, "Towards a common China Policy for the EU; a Portuguese perspective" in Richard Grant (edit.) *The European Union and China. A European strategy for the Twenty-First Century*, Royle Institute of International Affairs, Chatam House, London, 1995, p. 76.

²⁰ A Espanha, a Alemanha e a França no quadro do EU-15, o Brasil, a Polónia, a Hungria, a República Checa, Marrocos e a Tunísia. Segundo Teresa Moreira 80% dos fluxos comerciais com o exterior centram-se nos três primeiros países e as principais oportunidades nos restantes. Ver Teresa Moreira, "Um olhar sobre as relações económicas entre Portugal e Macau desde 1999 e perspectivas futuras", XXIII Conferência Internacional de Lisboa, Portugal na Europa e no Mundo, 5-6 de Dezembro de 2005, www.ieei.pt/index.php?article=2175&visual=5

²¹ Dados fornecidos pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério de Economia e da Inovação a partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística.

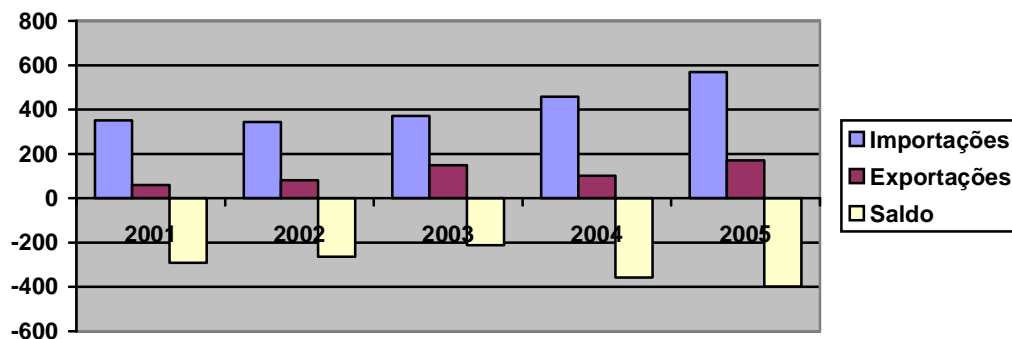
²² Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos. Ministério de Economia e da Inovação (Portugal)



Já quanto ao investimento e cruzando os três últimos anos do período prefigurado constata-se valores modestos do investimento directo estrangeiro líquido quer da China em Portugal quer de Portugal na China. Conforme números do Banco de Portugal, para um total de 2 699 milhões de euros de IDE líquido em Portugal, a parte de investimento chinês foi de 103 milhares de euros em 1998, caindo de forma significativa em 1999 e 2000. No que respeita ao IDE líquido português na China foi 220 milhares de euros, em 1998, passando para 993 milhares de euros, em 2000. O investimento português no exterior cifrou-se, em 2000, em 6 976 milhões de euros.

Os cinco anos transcorridos da nova década confirmam, por alguma forma, a mesma tendência, conforme se retira do quadro seguinte:

Quadro II
Balança Comercial Portugal-China [2001-2005] (10³ EU)²³



Quadro III
Idem (em milhares de euros)



²³ Ibidem

Importação (cif)	350 985	344 639	371 507	458 611	568 835
% variação	- 8.2	- 1.8	7.8	23.4	24
Exportação (fob)	60 216	80 603	149 661	101 082	170 664
% variação	14	34.1	85.7	- 32.5	68.8
Saldo (fob-cif)	- 290 859	- 264 036	- 221 846	- 357 529	-398 171
% variação	11.8	9.2	16	- 61.2	- 14.8

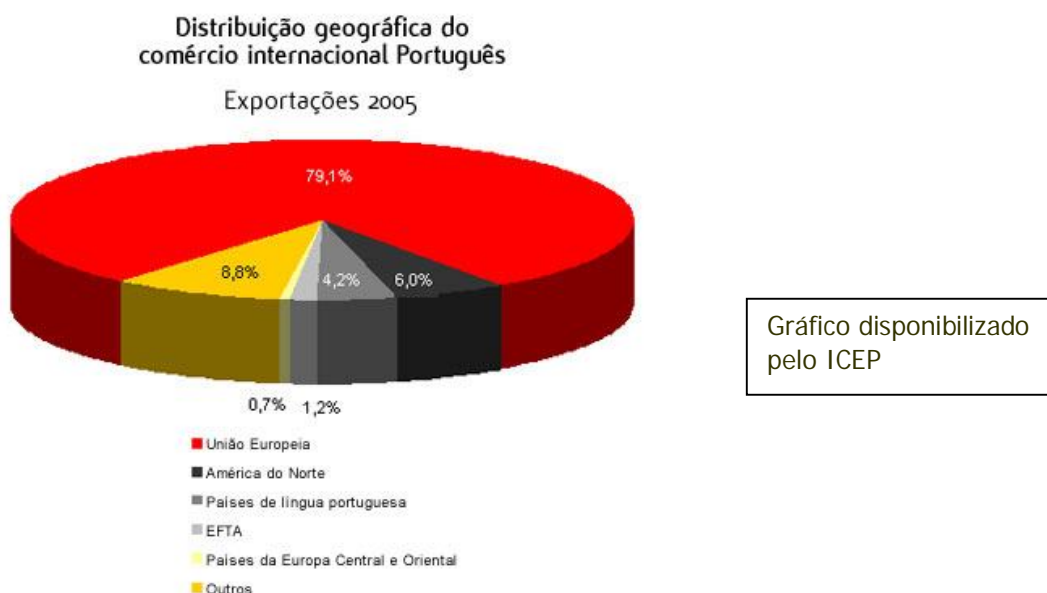
Verifica-se, assim (Quadro II e III), um crescimento constante das importações da China (menos acentuado que na década anterior) com uma pequena queda em 2001 e 2002 e um grande salto em 2004 e 2005. No que respeita às exportações para a China passou-se de 60.2 milhões em 2001 para 170 milhões em 2005, duas vezes, portanto, o valor de 2001. O saldo da balança comercial continua negativo, crescendo a uma média de 10% ao ano (excluindo a variação de 2004). Em termos globais, pode-se dizer que as trocas comerciais com a China têm vindo a intensificar-se nos últimos anos, ultrapassando em 2005 os 700 milhões de euros. Mas no cômputo das exportações portuguesas e das potencialidades envolvidas no mercado avulta um sentimento de desilusão perante a falta de arranque das exportações portuguesas²⁴.

A China ocupou, em 2004²⁵, a 16.a posição das entradas totais de mercadorias e a 26.a das saídas, o que representou no contexto do comércio com os países extra-UE respectivamente **4,5%** e **1,7%**. Em termos da composição do “cabaz” importações, 78,3% das importações incidiram em quatro grupos de produtos: máquinas com 33,3% (principalmente aparelhos de som e imagem, electrodomésticos, informática, aparelhos de ar condicionados e circuitos impressos) produtos acabados diversos com 14,9% (tal como brinquedos, candeeiros, assentos e mobiliário), têxteis e vestuário com 13,5% e produtos químicos, minérios e metais com 8,5% (parafusos, ferragens, ferramentas, cadeados e obras de ferro/aço) e peles, madeira, cortiça e papel com 7,1% (malas, carteiras, pastas e semelhantes) e agro-alimentares com 4,3% (peixe seco ou salgado, sementes de frutos, amendoim e legumes de vagens secos em grão). Quanto às exportações portuguesas para a China, 90% distribuíram-se pelos grupos de máquinas com 38,7% (grande parte circuitos integrados), madeira, cortiça e papel com 25,1% (pastas de madeira, cortiça e derivados, papel e cartão), minérios e metais com 15,2% (mármore e outras pedras, laminados de ferro/aço) e produtos acabados diversos com 9.1%.

²⁴ Dizia Fernanda Ilhéu, secretária-geral da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, em entrevista ao diário *Tribuna de Macau*, 11.12.2005: este momento (o da visita do *premier* Wen Jiabao a Portugal) representa mais um passo importante no estreitamento do relacionamento político e económico que existe há muitos anos, que teve em Macau os seus momentos áureos. É uma pena que Portugal não aproveite este activo, ao passo que a própria China reconhece que existe um interesse em Portugal e nos relacionamentos que Portugal pode proporcionar não só com a Europa mas com os Países de Língua Portuguesa”.

²⁵ Últimos dados consultados em detalhe.

A China foi designada para o conjunto de Mercados Externos de actuação prioritária de Portugal anunciando as autoridades, a tomada de medidas e acções destinadas a vincar essa priorização²⁶ mas os resultados estão muito longe das intenções. Com o objectivo de incrementar o investimento português na China o governo português criou em Março de 1993 uma linha de crédito de USD\$200 e abriu delegações do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal) em Macau, em 1988 e em Pequim, em 1994. Apesar da aposta de sucessivos governantes portugueses os resultados têm sido francamente negativos. Segundo alguns observadores²⁷ o desinteresse dos empresários portugueses pela linha de crédito com a China tem sido ostensivo, considerando-a “pouco atractiva” e “muito restritiva”. Mas no fundo ela esconde a falta de eleição da China nas apetências dos exportadores e investidores portugueses²⁸.



Quanto ao Investimento Directo Externo verifica-se uma diminuta evolução da posição relativa dos investimentos portugueses na China quanto comparados ao conjunto da União Europeia, conforme se retira do quadro seguinte:

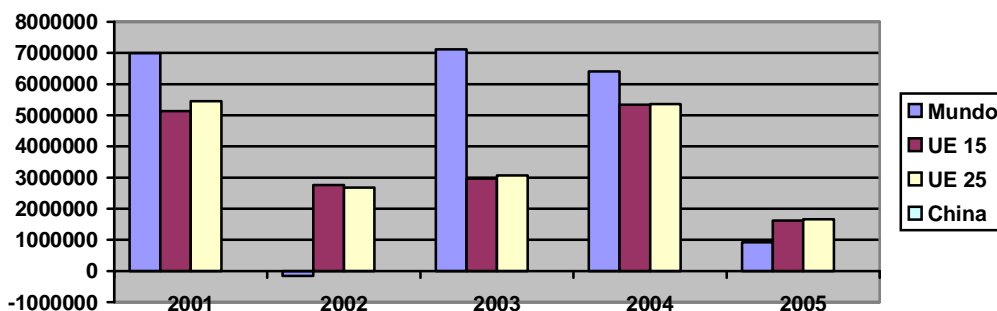
Quadro IV
Investimento Directo Líquido de Portugal no exterior (Milhares de Euros)²⁹

²⁶ Rui Pereira, “Portugal-China 25 anos de relações diplomáticas”, in site da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, www.ccil-c.pt/ea062.asp

²⁷ Moisés Fernandes, “Após Macau: perspectiva sobre as relações luso-chinesas depois de 1999”, comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia.

²⁸ Ver posição da APIMA in www.apima.ws/noticias/detalhes.php?id=16

²⁹ Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos. Ministério de Economia e da Inovação (Portugal).



Em termos proporcionais o fosso do investimento português na China quando comparado com o investimento na União Europeia é expressivo (para comparação o da China em Portugal):

Distribuição por destinos

Destino	2001	2002	2003	2004	2005
Portugal - EU 15	5 137 163	2 760 374	2 961 705	5 333 968	1 619 947
Portugal-China	- 553	215	-282	1 461	888
China-Portugal	342	1 463	93	313	- 176

Da análise dos dados estatísticos anteriores, importa questionar se existem condições (futuras) para uma alteração substancial do panorama de desinvestimento de Portugal na China.

Existem, fundamentalmente, duas escolas de opinião a esse propósito: a posição das autoridades portuguesas e de algumas agências que preferem evidenciar o que de positivo já se avançou, nos últimos anos, minimizando o carácter irrisório das trocas comerciais (e dos investimentos) no contexto das respectivas agendas exteriores³⁰; a de sinólogos e estudiosos de relações internacionais que não têm deixado de alertar as autoridades para a falta de dimensão crítica da visão portuguesa quanto à China³¹.

Um mundo as separa, mas sentir-me-ei inclinado a acreditar mais na segunda que na primeira³². A este propósito um jornal de Macau retinha das minhas declarações a propósito dos 25 anos de relações Portugal-China:

³⁰ Moisés Fernandes dá um bom inventário desta posição na sua comunicação "Após Macau: perspectivas sobre as relações luso-chinesas depois de 1999", *idem*. Ver posição do ICEP em <http://www.icep.pt/portugal/comercio.asp>

³¹ Ver Bernardo Futscher Pereira, "Relações entre Portugal e a República Popular da China", revista *Relações Internacionais*, Junho de 2006, pp 65-73.

³² Arnaldo Gonçalves, "Macau: 5 anos depois", *Diário de Notícias*, 20.12.2004.

O presidente do Fórum Luso-Asiático, Arnaldo Gonçalves, fez ontem um balanço "prudente, mas pessimista" dos 25 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a China. "Portugal teve até 1999, na sua agenda político-diplomática, a resolução da questão de Macau e, depois disso, perdeu-se alguma perspectiva de futuro em termos das relações entre as duas partes", afirmou Arnaldo Gonçalves aos jornalistas, à margem da conferência sobre o quarto de século de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China.

Para Arnaldo Gonçalves, a sensação que se tem em Portugal e Macau é a de que os "agentes políticos e os responsáveis aos vários níveis resolveram a questão de Macau e desfocaram-se da importância das relações com o Oriente e com a China". O mesmo responsável sublinhou, também, que desde que a agenda europeia foi estabelecida (para Portugal) como prioritária, a questão da Ásia "diluiu-se e perdeu-se", fazendo com que neste momento haja um conjunto de países que estão a "ultrapassar Portugal na possibilidade de tirar partido do crescimento asiático e da internacionalização da economia e da imagem chinesas no exterior". "Portugal está a perder oportunidades", afirmou.³³

5. Macau nas relações entre a China, Portugal, a Europa e a África de língua portuguesa

A assunção de responsabilidades da República Popular da China quanto a Macau em 20 de Dezembro de 1999 permitiu-lhe reflectir sobre as virtualidades de utilização do antigo território administrado por Portugal e actual Região Administrativa Especial, como portal de acesso à Europa e à África de língua oficial portuguesa. Isso não quer dizer que a China não tivesse já estabelecido relacionamentos preferenciais com grande parte dos países europeus e com vários países africanos, mas a postura "compreensiva" das autoridades portuguesas sobre o dossier difícil do embargo ao comércio de armas, decretado, logo a seguir aos acontecimentos de Tiananmen de 1989 e os laços históricos a países importantes como Angola, Cabo Verde e Moçambique terão pesado numa relação forte e próxima que a China tem reafirmado – em várias ocasiões – quanto a Portugal.

No aniversário dos 25 anos de relações diplomáticas Portugal-China, o oficioso *China Daily* registava:

Chinese President Hu Jintao and Portuguese President Jorge Fernando Branco de Sampaio on Sunday sent messages of congratulation to each other, celebrating the 25th anniversary of the establishment of diplomatic relations between the two countries. Relations between China and Portugal have been moving steadily, with friendship exchanges at various levels growing increasingly closer and mutual understanding and trust rapidly deepening. China and Portugal successfully settled the Macau issue through friendly consultations and explored a broader respect for the development of bilateral relations, and

³³ José Costa Santos, Lusa/Macau, "Portugal-China/25 anos: Arnaldo Gonçalves faz balanço "prudente, mas pessimista", *Jornal Macau Hoje*, 7.12.2004.

the settlement set a good example for other countries to solve problems left over for history, Hu said³⁴.

Na visita do *premier* Wen Jiabao a Bruxelas em Dezembro de 2004, o site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China registava que “Wen teve a satisfação de conhecer Barroso e elogiou-o pelas contribuições que deu como Ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo Primeiro-ministro à promoção das relações Portugal-China, manifestando esperanças que a cooperação com Barroso possa promover ainda mais as relações China-União Europeia”³⁵. Na visita de Jorge Sampaio a Pequim, em Janeiro de 2005, o site anotava que “as duas partes manifestaram a disposição de aprofundar o intercâmbio e a cooperação entre os dois países em todas as áreas e promover o desenvolvimento global de relações amistosas de cooperação entre a China e Portugal no novo século”. No texto ecoavam-se declarações do presidente português que “o regresso de Macau à Mãe Pátria, há cinco anos, colocava oportunidades estratégicas para incrementar a amizade e cooperação entre Portugal e a China”. O texto referia ter Hu Jintao salientado que “os dois lados devem aprofundar os seus laços económicos e de comerciais e apoiar as suas empresas para prospectarem novas áreas e canais de cooperação a fim de estabelecerem complementaridades e conduzir a uma situação *win-win*”³⁶.

No quadro da visita, em 9 de Dezembro de 2005, do *premier* Wen Jiabao a Portugal, o site assinalava que “as duas partes decidiram estabelecer uma parceria estratégica bilateral e compreensiva por forma a dar mais profundidade às suas relações”. No mesmo texto dizia o seguinte:

Wen declarou que o governo chinês atribui grande importância ao desenvolvimento de relações com Portugal e que o estabelecimento dessa parceria estratégica é uma decisão importante com significado estratégico que as duas partes fizeram para futuro. No estágio seguinte, as duas partes devem empenhar-se em fazer um bom trabalho nos seguintes aspectos de aprofundamento das relações bilaterais no sentido de um progresso continuado e consistente. Primeiro, o reforço de trocas entre governos, parlamentos, partidos e organizações sociais a todos os níveis, procurando o reforço da comunicação e coordenação das relações bilaterais (...) Segundo, ambos os lados devem dar um papel aos comités mistos e de empresários, favorecendo o surgimento de negócios por forma a ampliar o mercado de cada lado, redobrar esforços no domínio do investimento, cultivar novos segmentos para o comércio, procurando duplicar o volume de comércio entre os dois países em 3 anos. Terceiro, os dois lados devem expandir as trocas nas áreas de humanidades, do intercâmbio cultural e a cooperação no domínio do estudo das línguas bem como cooperar nos domínios da cultura, do turismo e em

³⁴ “China, Portugal mark 25th anniversary of diplomatic relations”, *China Daily*, http://english.people.com.cn/200402/08/eng20040208_134242.html

³⁵ “Premier Wen Jiabao meets with President of EU Commission and representatives of experts to attend China-EU think tank roundtable conference”, in www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t173847.htm. Tradução minha.

³⁶ “President Hu Jintao holds talks with Portuguese President Sampaio” in www.fmprc.gov.cn/eng/tx79654.htm. Tradução minha.

áreas afins. Quarto, as duas partes devem utilizar a plataforma da cooperação económica e comercial entre Portugal e os países de língua portuguesa para dar campo às suas vantagens comparativas respectivas em áreas como a construção de infraestruturas, a extracção de recursos naturais, as telecomunicações, a formação profissional e a saúde pública, conduzindo, conjuntamente, a cooperação com os países de língua portuguesa, promovendo o seu desenvolvimento e o progresso social de todos os países para benefício mútuo. Quinto, os dois lados devem reforçar a sua cooperação no quadro da União Europeia e contribuir para o desenvolvimento acrescido das relações China-União Europeia

O texto que reproduz comunicado distribuído localmente à imprensa constitui o enumerado mais sistemático de objectivos e prioridades da China nas relações com Portugal, o qual mereceria uma análise detalhada. Circunscrevo-me, por economia de escrita, a alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, o documento identifica a passagem das relações da China e de Portugal a um novo nível, o que na linguagem diplomática chinesa tem a designação de “parceria estratégica”. Refira-se que de todos os países membros da União Europeia (UE), o estatuto de “parceiro estratégico” foi até agora conferido à Grã-Bretanha, à França, à Alemanha e à Espanha.

As parcerias estratégicas da China com outros países terão por objectivo a criação de um tecido político de confiança recíproca que estimule o seu próprio desenvolvimento, propiciando o progresso pacífico do mundo, com base em três princípios: i) igualdade e confiança recíproca, expressa no incremento do diálogo entre as partes, na troca de visitas de alto nível, no intercâmbio de nacionais e no fomento de um forte vínculo de amizade entre povos. Presume-se que as partes incentivarão, por via disso, o auxílio e a coordenação recíprocos em assuntos internacionais, promovendo a democratização das relações internacionais e salvaguardando os legítimos direitos e interesses dos países em desenvolvimento; ii) benefício mútuo na cooperação económica, assegurando a complementaridade das partes e a repartição equilibrada dos resultados da mesma, reforçando-se a cooperação económica e as trocas comerciais para expandir o volume do comércio bilateral e otimizar a sua estrutura, assumindo o governo chinês o encargo de encorajar e apoiar as empresas chinesas a fazer investimentos no território da outra parte (de que espera retribuição); iii) intercâmbio cultural e permuta de conhecimentos ampliando as partes as trocas culturais, defendendo e promovendo a tolerância e o diálogo, em pé de igualdade entre as diversas civilizações, de modo a complementar esforços na construção de uma sociedade harmónica³⁷.

Distinguindo, como o faz, Portugal com a qualidade de <parceiro estratégico> a diplomacia de Pequim intenta retribuir a disponibilidade de Portugal com a sua abstenção no Conselho Europeu, favorecer o levantamento do embargo de armas à China (decretado pela União e mantido por pressão dos países do Norte da Europa) aproveitando o facto do presidente da Comissão Europeia ser português [José Manuel

³⁷ Contra as virtualidades da <parceria estratégica> ver Paulo Roberto de Almeida in “*Diplomacia & Negócios*”, www.diplomaciaenegocios.com.br/ntc.asp?Cod=186

Durão Barroso] e de na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiro de Cavaco Silva ter favorecido o incremento de relações bilaterais e a imagem da China em Portugal.

Esta “via” de comunicação com Bruxelas é considerada de enorme interesse pela China e constitui, na verdade, um factor de prestígio para Portugal que - diga-se a verdade - pouco tem sabido aproveitar.

A segunda nota prende-se com a colocação de Macau num triângulo estratégico que perspectiva a ligação da China a Portugal, mas também aos sete países da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste.

As trocas comerciais entre a China e a CPLP cresceram mais de 30% em 2005, com Angola e Brasil a ocuparem 93,5% do comércio bilateral, sendo a balança comercial positiva aos países da CPLP. O Brasil foi o principal beneficiado com as trocas experimentando uma subida de 1,7% nas exportações para a China e de 28,9% nas importações. Angola é o segundo parceiro lusófono da China, com exportações na ordem dos 3581 milhões de dólares (sobretudo petróleo) em 2005, o que corresponde a um acréscimo de 72,2% enquanto as importações se mantêm, modestas (196 milhões de dólares). Segue-se Moçambique com um crescimento de 116,2% nas exportações e de 104,5% nas importações. Dos sete países da CPLP, S. Tomé e Príncipe é o único que não tem relações oficiais com a China reconhecendo o regime de Taipé³⁸.

É intuitiva a importância das relações económicas e comerciais da China com África, designadamente com os países de língua oficial portuguesa. As razões decorrem, desde logo, da segurança e dependência energética da China de fontes de petróleo e gás natural, indispensáveis à especialização do modelo económico e industrial, às novas infra-estruturas e à sua subida na pirâmide do processo tecnológico. A China é já o segundo maior consumidor de recursos energéticos do mundo, depois dos Estados Unidos, sendo 60% das suas importações de crude provenientes do Médio Oriente. Por essa razão é um competidor estratégico dos Estados Unidos³⁹.

De forma alguma, Pequim deseja estar dependente das fontes tradicionais de fornecimento de petróleo e expôr-se aos sobressaltos da situação internacional numa

³⁸ Cf. “Trocas comerciais entre China e países lusófonos cresceram 25%” in www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=307438

³⁹ Ver sobre isto Joseph I. Lieberman, “China-U.S. Energy Policies: A Choice of Cooperation or Collision” in <http://www.cfr.org/publication/9335/>, David Zweig e Bi Jianhai, “China’s global hunt for energy”, *Foreign Affairs*, September/October 2005; Ernest J. Wilson III, “China’s Influence in Africa: Implications for U.S. Policy”, Testimony before the Sub-Committee on Africa, Human Rights and International Operations, U.S. House of Representatives, July 28, 2005, disponível em www.cidcm.umd.edu/wilson/wilson_congressional_testimony_2005_07_28.pdf; Amy Myers Jaffe, “Energy Security: Implications for U.S.-China-Middle East Relations”, The James A. Baker III Institute of Foreign Policy, Rice University, July 18, 2005, disponível em www.projectcensored.org/publications/docs/SIIS_AJAFFE_worldenergy071805.pdf; Flynt Leverett and Jeffrey Bader, “Managing China-US Energy Competition in the Middle East”, *The Washington Quarterly*, Winter 2005-6, pp 187 e segs.

região do mundo ciclicamente explosiva. Pequim aposta, portanto, na diversificação das suas fontes energéticas das fontes tradicionais no Golfo Pérsico e a solução CPLP surge, naturalmente, dadas as riquezas acumuladas no subsolo em países como Angola ou Moçambique. Países governados por elites a quem a revolução chinesa deu um apoio militante nas décadas de 60 e 70 na sua sublevação contra o regime ditatorial português. Finalmente, a CPLP representa um mercado de 230 milhões de pessoas para os produtos manufacturados chineses e para a tecnologia chinesa⁴⁰.

A África de língua portuguesa surge assim no caminho da nova *diplomacia do petróleo* e como alvo de internacionalização das empresas chinesas⁴¹. O pano de fundo é a visão que a nova liderança chinesa tem na governabilidade num mundo interdependente, do papel dos países em vias de desenvolvimento como factores de equilíbrio entre os Estados Unidos, a Europa e os países do Sul e do seu próprio papel como mediador e facilitador do multilateralismo. O *guideline* para esse envolvimento o documento sobre "Políticas da China para a África"⁴².

Como é que Macau joga neste triângulo estratégico?

Desde 1999, Macau tem experimentado um crescimento económico explosivo dada a priorização do seu modelo de desenvolvimento na indústria do jogo, aproveitando o facto de ser o único local em território chinês onde o jogo de fortuna e azar é autorizado, bem como a inexistência de uma competência enraizada ao nível da região da Ásia do Sul. Macau tem sabido tirar partido destas circunstâncias, com grande sucesso, e o apoio institucional das autoridades de Pequim que viram nesse modelo de especialização uma oportunidade para a diferenciação quanto ao socialismo de mercado de características chinesas, prevalecente no continente. Seguindo-se a um período de contracção (1996-1999) a economia de Macau tem melhorado, significativamente, nos últimos cinco anos, designadamente após a liberalização da indústria do jogo em 2002 atingindo valores de crescimento do PIB notáveis 10,1% em 2002, 14,2% em 2003, 28,3% em 2004 e 6,7% em 2005.

Potenciando esse crescimento e a vertente de relações com África, foi criado, em Setembro de 2003, o *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial com os Países de Língua Portuguesa de Macau*, com um secretariado permanente em Macau. Através dessa iniciativa a China designou Macau como plataforma preferencial no contacto com os países de expressão portuguesa. De acordo com o documento subscrito pelos ministros dos países representados no Fórum os membros comprometeram-se a "empreender esforços no sentido de incentivar um quadro legal favorável à realização e protecção dos

⁴⁰ Ver Loro Horta, "China's Portuguese Connection" in YaleGlobal, 22 de Junho de 2006, disponível em www.yaleglobal.yale.edu e Rui P. Pereira, "A nova política da China em África", revista *Relações Internacionais*, Junho de 2006. pp. 19-38.

⁴¹ Para uma análise desta internacionalização e choque com a estratégia americana ver "La Chine veut investir massivement à l'étranger", *Le Monde*, 28.04.2006; "The United States, China and the circle of crude", *The New York Times*, 2.05.2006 e Chris Melville e Olly Owen, "China and Africa: a new era of south-south cooperation", in www.openDemocracy.net

⁴² Cf. "Documento sobre Políticas da China para a África", Consulate General of the People's Republic of China in Rio de Janeiro, 12.01.2006, in <http://riodejaneiro.china.consulate.org/pot/xxdt/t230977.htm>

investimentos, bem como a promover acordos bilaterais de protecção e promoção dos investimentos” bem como a “intensificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta bilaterais” com o objectivo de “identificar novas áreas e novos meios para a cooperação económica e comercial”, devendo o fomento do comércio bilateral ser realizado numa base de “igualdade e reciprocidade, desenvolvimento harmonioso e no respeito das regras do comércio internacional”⁴³.

Macau acolhe, entre 25 e 26 de Setembro de 2006, a segunda reunião ministerial do *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. Além de Macau e do continente chinês, participam neste *Fórum*, representantes de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Timor-Leste.

Macau ainda não tirou de todo partido desta situação mantendo-se relativamente centrado nos seus mercados tradicionais, os Estados Unidos, depois a União Europeia e, em terceiro lugar, a Ásia. Segundo as últimas estatísticas disponíveis as exportações de Macau registaram entre Janeiro e Maio de 2006 8,25 mil milhões de patacas, traduzindo um acréscimo de 39,3% quanto ao período homólogo de 2005. As importações cifraram-se nos 14,08 mil milhões de patacas correspondendo a uma subida de 29,8% quanto a idêntico período de 2005. As exportações por mercado de destino, nos primeiros meses de 2006, revelam uma forte concentração nos mercados dos EUA e da União Europeia (66,6% das totais). As exportações para a União Europeia que detêm um peso de 17,7% no total das exportações subiram 117,9% quanto ao valor do período homólogo de 2005⁴⁴. As exportações para Portugal totalizaram em 2005, 739 milhares de euros, o que corresponde a um decréscimo de 63,4% quanto ao ano anterior (as importações de Portugal quedaram-se em 9,984 milhares de euros, menos 15,7 % que no anterior)⁴⁵.

Mas o facto de ser a sede do diálogo China-Africa dá-lhe uma visibilidade e importância sem paralelo, com reflexos na imprensa internacional, transformando-se numa encruzilhada de cosmopolitismo, multiculturalidade e interpenetração cultural que não se esgota no legado português, mas vai para além dele. Gerando sinergias não só entre o Ocidente e o Oriente, mas entre o Oriente e África.

A aposta crescente e sustentada de empresas chinesas na África de língua portuguesa⁴⁶ (também a Nigéria e a África do Sul)⁴⁷ e o apoio a iniciativas internacionais que países

⁴³ Ver <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=14458&category=CPLP>

⁴⁴ Cf. Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos, in www.dsec.gov.mo/portuguese/indicador/File/p_ce_indicador_2_-main.html

⁴⁵ Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos. Ministério de Economia e da Inovação (Portugal).

⁴⁶ A cooperação da China com Cabo Verde data de Abril de 1976, um ano depois da independência. Cabo Verde tem recebido apoio económico e técnico da China, tendo esta construído, por exemplo, as sedes do governo, da Assembleia Nacional e da Biblioteca Nacional. A China está a construir a primeira barragem de Cabo Verde, na ilha de Santiago. Ver “MNE chinês aponta Cabo Verde como exemplo nas relações com África”, revista *Visão*, www.viaonews.com/nm/templates/ra.aspx?articleid=778&zoneid=18

africanos organizam⁴⁸ abre um nicho de negócio extremamente apetecível, porque a China pratica preços extremamente concorrenciais⁴⁹ e tem uma aproximação extremamente *soft* às singularidades do poder político africano. Abre-se com ele a possibilidade de parcerias com empresas que decidem prospectar aquele mercado, mas não dispõem de conhecimentos locais e referências.

6. Conclusão

As relações Portugal-China foram globalmente marcadas pela resolução da questão de Macau, território que esteve sob administração portuguesa durante quatrocentos e quarenta e dois anos, até que em 20 de Dezembro de 1999 se tornou parte integrante da República Popular da China como sua Região Administrativa Especial. Na idade moderna as relações entre os dois países foram prejudicadas pela distinta (e oposta) orientação ideológica prevalecente em Lisboa e Pequim. O processo de descolonização assumido pela comunidade internacional no seu todo e incrementado, em vagas sucessivas, a partir da descolonização britânica só chegaria à costa portuguesa na década de 70, naquilo que Samuel Huntington chamou a terceira vaga da democratização do mundo.

Seria preciso esperar pela morte de António Salazar e pelo definhamento gradual do regime autoritário que ficou conhecido como “Estado Novo” para que a conversão democrática fosse possível em Portugal e com ela ultrapassadas as grillhetas ideológicas que impediam o reconhecimento da China Popular. No processo de acelerada – e para vários observadores – precipitada descolonização, o território de Macau nunca foi um problema uma vez que durante o longo consulado de Salazar (continuado por Caetano) prevaleceu um *real politik* destinado a assegurar a estabilidade do pequeno enclave, mantendo-se canais abertos de comunicação com o regime de Mao Zedong. Restabelecidas as relações com a China Popular em 1979 a agenda bilateral triangulada pela questão de Macau precipitar-se-ia, por um lado, pelo desenlace feliz da questão de

⁴⁷ Na Nigéria, a China despendeu 4 milhões de dólares na renovação e reparação de uma refinaria nigeriana em troca de direitos de exploração petrolífera no país. A companhia chinesa CNOOC já aplicara 2.7 milhões de dólares na compra de 45% do capital de uma companhia nigeriana ligada à extracção. Cf. “La Chine veut investir massivement à l'étranger”, *Le Monde*, 28.04.2006.

⁴⁸ A última cimeira da CPLP teve lugar em Bissau a 17 de Julho e foi organizada pelo governo da Guiné-Bissau. A China ofereceu ao governo guineense um apoio de 800 mil dólares para a organização do encontro. O montante foi entregue pelo embaixador da China em Bissau ao secretário de Estado da Cooperação, Tibna Samba Nawana, em cerimónia que decorreu na sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Bissau. Pequim manifestou também disponibilidade para apoiar a reconstrução do hospital regional de Chanchungo, 80 Km a norte de Bissau, cujo orçamento é de 2,5 milhões de dólares. Cf. <http://africa.expresso.clix.pt/guinebissau/artigo.asp?id=24760617>

⁴⁹ Xavier de Figueiredo jornalista e analista de assuntos africanos declarava ao matutino *Ponto Final* (Macau) que “a elite política angolana, sobretudo a que constitui o círculo presidencial, tem amiúde manifestações de exaltação e gratidão para com a China, por vezes em paralelo com a animosidade com as potências ocidentais”. E afirma “os créditos chineses são menos onerosos e isentos de condições políticas ou outras, estas entendidas como interferência nos assuntos internos. O interesse da China em Angola, fundado nos recursos energéticos, dimensão e potencial manifesta-se de forma equivalente no sentido inverso – Angola tem interesse numa relação estreita com a China. É neste binómio que assentam projecções de acordo com as quais se trata de um relacionamento para durar”. Cf. “Angola e África do Sul rendem-se à China”, *Ponto Final*, 4.7.2006.

Hong Kong, por outro, por um consenso nacional em Portugal quanto à inevitabilidade de devolução de Macau à China. O processo de transição que sucede à assinatura da Declaração Conjunta procura aplanar as condições políticas para a suave e pacífica transferência de responsabilidades políticas para a China.

Com a saída de Macau e depois de Timor-Leste Portugal recuou para as suas fronteiras europeias e dedicou-se de alma e coração à integração no espaço europeu, de que havia se divorciado com a epopeia dos Descobrimentos. Bom aluno do processo europeu, Portugal passou a projectar o seu “espaço estratégico” às fronteiras europeias e ao conjunto de países africanos e americanos que foram um dia parte do seu Império. Do ponto de vista económico as relações comerciais e de investimento mantidas por Portugal são marcadas pela aposta europeia e em segundo lugar a aposta africana. Os anos que se seguem a 1999 assistem a um claro *phasing out* do investimento português na Ásia e em Macau, o qual é acompanhado de igual desinteresse da parte dos investidores e empresários de Macau e da China, entretanto transmutada em economia socialista de mercado.

Se o *phasing out* de Macau era lógico pela cessação das responsabilidades históricas, ele não foi compensado por um reforço da balança comercial com a China (no seu conjunto) e com investimentos portugueses significativos no continente chinês. Ao contrário de outros países, Portugal não capitalizou no crescimento em exponencial da economia chinesa, nem da abertura de novas zonas económicas especiais, nem da transformação da antiga capital do Império do Meio numa das mais cosmopolitas cidades da Ásia. Manteve uma relação sentimental, saudosa, com os traços da portugalidade que deixou inscritos na traça urbana de Macau, na sua cultura e simbiose intercultural, mas não foi além disso.

Do ponto de vista político facilitado pelo sucesso evidente que foi a transferência da administração de Macau para a China manteve relações amistosas e de grande cordialidade com as autoridades da República Popular da China reafirmada em cada visita de altos dignatários portugueses e chineses, respectivamente a Pequim e Lisboa. Mas a sintonia de pontos de vista e os comunicados fortemente elogiosos raramente ultrapassaram a natureza circunstancial dos eventos, projectando-se numa relação bilateral mais vantajosa e mais promissora.

Por razões atinentes ao seu processo de desenvolvimento a China percebeu que tinha todas as vantagens em tirar partido do legado linguístico, cultural e relacional decorrente da presença portuguesa em Macau, tendo criado, em Setembro de 2003, o *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial com os Países de Língua Portuguesa de Macau*, como instrumento da sua penetração em África, designadamente na antiga África portuguesa. E ao instituí-lo em Macau deu um sinal claro que se encontrava despida de complexos (ou traumas) decorrentes da “ocupação” portuguesa usando-a – pelo contrário - para projectar a imagem de nação aberta ao mundo, cosmopolita, mercantil, tolerante e apoiante dos países em vias de desenvolvimento. Nação disponível para investir e ajudar esses países, livre da arrogância de Grande Potência prevalecente em muitas atitudes dos países ocidentais.

Trata-se de uma estratégia de grande alcance que pode conduzir à constituição de círculos de influência da China em África, que são potencialmente vantajosos aos países que o quiserem aproveitar. Este deslocamento para África - triangulado por Macau - pode revelar-se, se for aproveitada em todas as potencialidades, de enorme interesse para os empresários que queiram aproveitar, através de parcerias, um momento especial das relações da China com alguns dos seus antigos parceiros do Movimento dos Não-Alinhados. Uma relação que segundo vários analistas está para ficar.